

Mandato de Sarney

ESTADO DE SÃO PAULO

muda como nuvens

75 MABRAGLIA
AGÊNCIA TORRADO

Como dizia o senador Magalhães Pinto, nos tempos em que morava em Brasília, política é como as nuvens: "A gente olha para o céu, elas estão formando um elefante e um leão. Desviando-se a vista por poucos segundos, ao olhar de novo temos a impressão de ver um tanque de guerra em luta com um navio".

Esta semana andou raleando a euforia do Palácio do Planalto diante da aprovação dos cinco anos para o presidente José Sarney, pela Assembleia Nacional Constituinte. De segunda-feira para cá surgiram suspeitas de que o reconhecimento prévio da derrota dos quatro anos, pelos seus defensores, poderia envolver plano maquiavélico de desistamento. O assessor especial da Presidência da República, Thales Ramalho, mesmo adoentado, andou conversando sobre a hipótese com o presidente José Sarney. Pelo telefone, estranhou a atitude dos adversários com um comentário simples: "Esse povo anda muito calado, muito calmo. Será que entregariam mesmo o jogo, antes de começado?"

Os temores eram de que os partidários dos quatro anos estivessem por demais articulados, preparando a surpresa, ainda mais depois que o deputado Ulysses Guimarães, por malícia ou coincidência, declarou que o Congresso é uma Casa delicada, sujeita a mudanças súbitas, negando-se a fazer previsões "porque não era dono de agência de pesquisas".

Não houve, é claro, por parte do governo, nenhum reconhecimento público desses temores. Para efeito externo, os arautos do rei continuaram produzindo enormidades. Carlos Sant'Anna falou em 340 votos favoráveis aos cinco anos, Saldanha Derzi, para não ficar atrás, garantiu 350. Puro jogo de cena, para efeito externo. Ambos contentar-se-iam com 280 votos, o mínimo imprescindível.

Pois as nuvens viraram outra vez. Na noite de segunda-feira o deputado Ulysses Guimarães foi ao Palácio da Alvorada jantar com o presidente José Sarney. Na conversa amena, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte opinou. Disse que, em sua impressão, os cinco anos serão aprovados. Não sabe por que margem de votos, detalhe a importar pouco.

Thales Ramalho, realisticamente, imagina que o governo mobilizará de 280 a 300 constituintes. E até lembra velha crônica do então governador de Pernambuco, Barbosa Lima Sobrinho, nos idos de 1950. O seleccionado brasileiro de futebol ia jogar a final da Copa do Mundo com o Uruguai, vindo de vitórias arrasadoras de sete a um contra a Suécia e seis a um contra a Espanha. O atual presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) alertava para "o espírito da goleada". Foi o único, em todo o Brasil, a admitir que o Uruguai poderia ganhar de dois a um, como ganhou.

Para o ex-deputado federal, valdar cinco anos, e não há perigo de dar quatro, na medida em que os "opponentes" não dispõem de 280 votos. Mas é preferível esperar a hora, para as comemorações. Outro que mantém atitude tranqüila, mas cautelosa, é o primeiro-secretário da Câmara, Paes de Andrade, por sinal favorável aos quatro anos. Pelo seu gabinete desfilam, todos os dias, dezenas de deputados, permitindo-lhe uma avaliação mais ou menos correta.

Da conversa do presidente José Sarney com o deputado Ulysses Guimarães, fica mais fácil saber o que não aconteceu. Não aconteceu, por exemplo, a inominável barganha sugerida por quem não conhece nem um, nem outro, a respeito de terem feito um acordo na base de Ulysses aceitar os cinco anos e Sarney trabalhar pela reeleição do parlamentar paulista à presidência da Câmara dos Deputados. Essa troca exprimiria, mais do que uma indignidade, uma impossibilidade. Entre eles há cerimônia, se faltassem outros predicados.

Da provável aprovação dos cinco anos, se as nuvens não esmorecerem a mudar outra vez, surgem determinados roteiros de ação. Faz muito que informamos da inevitável reforma do Ministério, mas haverá bem mais do que isso, em termos de ação governamental. O presidente José Sarney pretende desencadear a reforma administrativa ampla, adotando medidas que atuem a máquina oficial e, em função delas, retificações em determinadas políticas. Continuará o reajuste econômico, incrementará a privatização e partirá para a contenção dos gastos públicos, desta vez, ao que parece, para valer. Terá dois anos, ou quase isso, para mergulhar fundo em novas iniciativas. Precisarão ajustar o governo não apenas às necessidades e ao combate à crise, mas, em especial, às definições tomadas pela nova Constituição. Muitos pontos de atrito existem e eclodirão, a começar pela nova política industrial, que a Assembleia Nacional Constituinte parece ter limitado.

Quanto à mudança do Ministério, existem especulações, mas poucas indicações. Deverá ser ampla, ainda que os ministros responsáveis pela condução da economia permaneçam. Mattson da Nóbrega e João Batista de Abreu estão ficando certos, é a visão de Sarney, que aos intimos tem pedido sempre que não abordem o tema da reforma ministerial enquanto a Constituinte não resolver a questão de seu mandato. Os ministros militares também ficarão, a menos que algum deles pretenda transferir-se para o Superior Tribunal Militar. Naquela Corte existem duas vagas por preencher. O resto está em aberto, ainda que se suponha difícil serem substituídos ministros como Prisco Viana, Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, João Alves e outros. No caso de Prisco Viana, só se for para ocupar outra pasta, ou, dependendo da estratégia a ser traçada, a presidência da Câmara dos Deputados.